

# É hora de menos manobras políticas e mais políticas públicas de segurança

As principais vítimas da celeuma política em torno da possível recriação do Ministério da Segurança Pública são as polícias, que mais uma vez ficam no meio de interesses eleitorais, e a população, que corre o risco de ver as oportunidades criadas pela queda dos índices de homicídios dolosos e roubos se esvaírem na briga por protagonismo. Faltam estudos técnicos de avaliação e monitoramento que ajudem na manutenção e ampliação das tendências nacionalizadas a partir de 2018

Na semana que passou Brasília foi agitada pela ideia da recriação do Ministério da Segurança Pública. A recriação da pasta foi proposta pelos secretários estaduais de segurança pública com anuência do Presidente da República. A medida foi vista como uma manobra política para diminuir o poder do Ministro Sergio Moro. Ao final, o Presidente Bolsonaro desistiu da ideia.

Não são recentes os esforços para ampliar a capacidade da União para atuar na área de segurança pública. Em 1995 foi criada a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública, transformada em setembro de 1997 na atual Secretaria Nacional de Segurança Pública. A criação da SENASP destinou-se a articular iniciativas relacionadas à área de Segurança Pública, possibilitando o incremento da cooperação intergovernamental. Em 2000 foi criado o Fundo Nacional de Segurança Pública para fomentar as iniciativas.

Desde então, os diferentes governos federais deram pequenos passos para ampliar sua participação no tema. Em 2018 foi criado o Ministério da Segurança Pública que se ocupou de formular o Sistema Único de Segurança Pública. Em 2019, o governo Bolsonaro decidiu dar um passo atrás e extinguiu a pasta.

Se por um lado a proposta de recriar o Ministério da Segurança Pública não passou de uma manobra política, por outro, os secretários estaduais de segurança pública têm algumas razões para reclamar. Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública só foram liberados em dezembro depois de uma decisão do Ministro Dias Tóffoli. Na prática, os recursos estarão disponíveis aos estados a partir abril desse ano.

Os secretários também se queixam de receberem pouca atenção do Ministro Sergio Moro. Em 2019, Sergio Moro recebeu apenas dois secretários estaduais de segurança pública. Também foram raras as reuniões do Conselho Nacional dos Secretários de Segurança Pública (CONSESP) presididas por Moro. Mais do que prestígio político, estes encontros servem para resolver assuntos administrativos de grande impacto nos estados.

A gota d'água foi o superdimensionamento que o governo federal quis dar ao seu papel na queda dos homicídios. Tão logo foi divulgada a redução de cerca de 22% dos homicídios, Moro se apressou a dizer que a queda era resultados dos esforços do governo federal. Depois de ser contestado, passou a dividir o mérito com os estados.

É uma tremenda injustiça com os governadores e secretários de segurança. Em 2018, os estados responderam por 81,2% das despesas, enquanto os gastos da união e dos municípios corresponderam a 12,4 e 6,4% respectivamente. Mesmo num cenário de crise fiscal, muitos estados investiram em segurança e contrataram policiais. Alguns enfrentaram o corporativismo policial e introduziram novos modelos de gestão por resultados. Houve casos de estados em que os governos decidiram transferir os líderes de facções criminosas para presídios federais. Para isso, tiveram que enfrentar semanas de ataques à ônibus e prédios públicos. Em suma, os esforços dos governadores tiveram um alto custo político.

Não há demérito algum no fato de o Ministério da Justiça e Segurança Pública não ter sido o principal protagonista da queda dos homicídios. É bem verdade que a atual gestão do Ministro Sergio Moro tem agilizado os processos de transferência de presos perigosos para os presídios federais. Mas o seu papel no MJSP não é executar as políticas de segurança. Cabe ao Ministério induzir, apoiar e coordenar os esforços dos estados e municípios.

Para isso que o Sistema Único de Segurança Pública precisa seguir sendo implantado. Uma recente auditoria feita pela Corregedoria Geral da União com apoio do MJSP verificou alguns problemas na proposta original do SUSP. É preciso, portanto, que

a CGU dê publicidade às suas conclusões técnicas para que se possa corrigir os problemas e seguir adiante. Há muito trabalho a fazer e não podemos perder o foco com manobras políticas e disputas de egos.

---

<https://backup.forumseguranca.org.br/editorial/template-1-editorial-uh4un-yorf2-bcmtm-rkkad-z385k>

